

PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO
ESTÂNCIA CLIMÁTICA E HIDROMINERAL
CNPJ: 18.940.098/0001-22

LEI Nº 1.604/2005, DE 19 DE OUTUBRO DE 2005.

Autoriza a Concessão de Subvenções, Auxílios e Subvenções à Associação de Pais ed Amigos dos Excepcionais – APAE de Bueno Brandão-MG;

A Câmara Municipal de Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, no exercício de 2006, mediante convênio, subvenções, auxílios e contribuições, com base nas consignações orçamentárias e respectivos créditos suplementares, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, com sede em Bueno Brandão, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º - Para a celebração do convênio mencionado no artigo 1º desta Lei, a Entidade deverá:

I – ter condição satisfatória de funcionamento;

II – ter caráter assistencial ou cultural e atender direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, médica e educacional;

III – não possuir débitos de prestação de contas de recursos recebidos anteriormente;

IV – apresentar declaração de regular funcionamento no último ano, emitida no exercício de 2006 por autoridade legal;

V – comprovar a regularidade do mandato de sua diretoria;

VI – ser declarada por lei como entidade de utilidade pública;

VII – apresentar o Plano de Aplicação dos Recursos

Art. 3º O valor das subvenções sociais, sempre que possível, será calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados, obedecendo aos padrões mínimos de eficiência previamente fixados por autoridade competente.

Art. 4º A concessão dos benefícios de que trata esta Lei, fica condicionada a:

I – existência de recursos financeiros;

II – aprovação do Plano de Aplicação dos Recursos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BUENO BRANDÃO
ESTÂNCIA CLIMÁTICA E HIDROMINERAL
CNPJ: 18.940.098/0001-22

Art. 5º A entidade beneficiada submeter-se-á à Fiscalização do órgão competente do Município, mediante prestação de contas mensal, para verificação do cumprimento do Plano de Aplicação dos Recursos.

Art. 6º - Na celebração do convênio exigido por esta Lei, aplicam-se no que couber, as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor no dia 1º de janeiro de 2006.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bueno Brandão, 19 de outubro de 2005.


JAIR ASBAHR
Prefeito Municipal